



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 404224-PE (2005.83.00.015898-5)**

APTE : UNICAP - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

ADV/PROC : DIOVAL SPENCER DE HOLANDA BARROS e outros

APTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

APDO : OS MESMOS

Origem : 22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais) - PE

RELATOR : Des. Federal **IVAN LIRA DE CARVALHO** (convocado)

**RELATÓRIO**

**O EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL IVAN LIRA DE CARVALHO**  
**(Relator Convocado):**

Trata-se de apelação interposta pela UNICAP – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, contra a sentença que julgou procedentes, em parte, os embargos à execução fiscal, apenas para afastar a cobrança, pelo INSS, dos valores constantes da CDA referentes ao suposto descumprimento do dever de retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativos aos serviços prestados pela empresa Planejamento Técnico de Ajardinamento Ltda – PLANTA, optante pelo SIMPLES.

Em suas razões recursais, a UNICAP defende a reforma da sentença, repisando os argumentos suscitados na inicial e relatados na decisão ora impugnada nos seguintes termos:

“A tese entretecida pela Embargante pode ser assim condensada: a) os relatórios fiscais que instruem o lançamento baseiam-se, em resumo, na ausência de requerimento ao INSS para manutenção da imunidade, após 14/10/1996, e na circunstância de que o título de utilidade pública federal apenas foi obtido pela Embargante em 22/09/1998; b) a Embargante figurava como entidade mantida pelo CETEC – Centro de Educação Técnica e Cultural, desde 1958; c) em 1974, o CETEC obteve o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, com extensão para as entidades mantidas; d) a partir de 15/10/96, obteve o certificado em nome próprio, as não formulou o requerimento, junto ao INSS, uma vez que não houve desvinculação em relação à mantenedora; e) por não ter havido qualquer interrupção na sua condição de entidade de assistência social, o INSS dever ter cumprido o requisito da Informação Fiscal, sendo incabível a lavratura da NFLC antes do cancelamento da isenção; f) o título de utilidade pública, obtido em 1998, tem eficácia declaratória e foi requerido no prazo previsto na Decreto-lei nº 1.572/77, estando assegurada a manutenção da isenção até a apreciação do requerimento; g) o lançamento não indica as verbas que compõem a base impositiva, em especial no



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

que tange às diferenças e às rescisões contratuais; h) a empresa PLANTA é optante pelo SIMPLES, sendo incabível a retenção referente aos serviços executados mediante cessão de mão-de-obra; i) as bolsas de estudo não estão incluídas no art. 28, I, da Lei nº 8.212/91, tratando-se de colação para a educação de dependentes do empregado; j) a doação de valores para a subsistência do Reitor não se enquadra no conceito de remuneração, por se afastarem de tal definição os gastos com a subsistência de ministros de confissão religiosa; l) o lançamento não indica as verbas referentes às remunerações de empregados, inclusive referentes a rescisão, e de autônomos, impossibilitando o direito de defesa.” (fls. 665/666).

Em síntese, a UNICAP afirma que com o reconhecimento da sua condição de entidade de fins filantrópicos, faria jus à imunidade de contribuições sociais referida no § 7º, do art. 195 da Constituição Federal, resultando daí a nulidade das NFLD's nºs 35.445.983-0 e 35.471.791-0 que, depois de inscritas em dívida ativa, deram ensejo à execução embargada.

Contrarrazões apresentadas pelo INSS (fls. 744/747).

O INSS também apela, defendendo que o fato de a empresa prestadora de serviços PLANTA ser optante pelo SIMPLES não exonera a tomadora da obrigação de reter a contribuição previdenciária, na forma preconizada pelo art. 31 da Lei nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei nº 9.711/98. Por esse motivo, pugna pela reforma da sentença, no que toca à questão.

Sem contrarrazões da UNICAP.

Subiram os autos, sendo-me conclusos por força de distribuição.

É o relatório.

Peço a inclusão do feito em pauta para julgamento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 404224-PE (2005.83.00.015898-5)**

APTE : UNICAP - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

ADV/PROC : DIOVAL SPENCER DE HOLANDA BARROS e outros

APTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

APDO : OS MESMOS

Origem : 22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais) - PE

RELATOR : Des. Federal **IVAN LIRA DE CARVALHO** (convocado)

**VOTO**

**O EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL IVAN LIRA DE CARVALHO**  
**(Relator Convocado):**

O cerne da questão é saber se a UNICAP poderia ou não gozar da imunidade em relação à contribuição previdenciária patronal, a teor do disposto no § 7º, do art. 195 da Constituição Federal.

Para o INSS, a universidade não faria jus à isenção, porquanto, segundo afirma, “jamais formulou tal pleito junto à Autarquia Previdenciária”. Além disso, sustenta que “mesmo que a entidade fosse detentora do direito à isenção em momento posterior, o que não é o caso, ainda assim, não atenderia cumulativamente aos requisitos previstos no art. 55 da Lei nº 8212/91 para continuar no gozo do suposto benefício.” (fl. 412).

Nesse diapasão, deve ser destacado que a UNICAP é instituição mantida pela Sociedade Civil Centro de Educação Técnica e Cultural – CETEC, da Companhia de Jesus, entidade que gozava da isenção desde 1966, de acordo com certificado emitido pelo antigo Conselho Nacional de Serviço Social, que estendeu tal benefício para ela e para as entidades por ela mantidas até 31/12/1994, conforme certidão de fl. 147.

Apenas em novembro de 1993, o Decreto nº 984 determinou o recadastramento das entidades de fins filantrópicos, sob pena de obstrução e interrupção do gozo de eventuais benefícios a que tinham direito. Ao regulamentar tal decreto, a Resolução nº 47, de 07/07/1994, no § 3º, do seu art. 1º, estabeleceu expressamente que “as entidades com personalidade jurídica própria, com CGC diverso do de suas mantenedoras, ainda que economicamente mantidas por estas, deverão proceder ao seu recadastramento separada e distintamente, como entidades autônomas.”

Em atendimento aos comandos normativos retro referidos, UNICAP teve atendido o seu pedido de recadastramento e renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, com validade até 14/10/1996, como entidade mantida pela CETEC, conforme



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.<sup>a</sup> REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

explicitado pela Resolução nº 133, de 22/08/1997, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (fl. 148). Tal pedido havia sido protocolado em 20/04/1994, quando ainda se encontrava válida a isenção concedida à CETEC e às entidades por ela mantida.

De fato, somente se pode deferir o “recadastramento” e a “renovação” das entidades que, em momento imediatamente anterior, eram consideradas cadastradas, ou seja, já se encontram no gozo do benefício. Não há como se afastar do entendimento de que o recadastramento decorreu do cadastro anterior, quando a UNICAP ainda era considerada isenta por força de decisão administrativa que favorecera a CETEC e suas entidades mantidas.

Em 15/10/1996, a embargante/apelante teve deferido o seu pedido de registro junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, desta feita em nome próprio. Assim, pode-se afirmar que a UNICAP, até 14 de outubro de 1996, gozava da isenção como entidade mantida pela CETEC e, a partir de 15/10/1996, em nome próprio, sendo desnecessário novo requerimento nesse sentido.

Não procede a alegação do INSS de que, ao menos a partir de 15/10/1996, quando obteve CEFF expedido em seu próprio nome, a UNICAP deixou de possuir, ao menos para fins previdenciários, a condição de mantida pelo CETEC, encontrando-se obrigada a recolher as contribuições para a Previdência porque teria deixado de requerer o benefício, nos moldes do art. 55, § 1º, da Lei nº 8.212/91. Como dito, o novo pedido era desnecessário, pois o benefício já houvera sido reconhecido em favor da CETEC e suas entidade mantidas, inclusive a UNICAP.

Destaque-se, ainda, que o reconhecimento da condição de entidade de utilidade pública federal, ocorrido em 1998, tem efeitos retroativos, porquanto se cuida de ato meramente declaratório. Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente:

“PROCESSUAL CIVIL – TRIBUTÁRIO – RECURSO ESPECIAL – CERTIFICADO DE UTILIDADE PÚBLICA – ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – EFEITO EX TUNC – A ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 55 DA LEI 8.212/91 IMPLICA NO REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO (SÚMULA 7/STJ) – REVISÃO DO QUANTUM FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MATÉRIA DE FATO (SÚMULA 7/STJ).

1. A análise do cumprimento dos requisitos do art. 55 da Lei 8.212/91 implica no reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
2. Esta Corte, acompanhando precedente do STF (RE 115.510-8), tem entendido que o certificado que reconhece a entidade como filantrópica, de utilidade pública, tem efeito *ex tunc*, por se tratar de um ato declaratório.
3. Isenção das contribuições previdenciárias anteriores à expedição do certificado.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.” (STJ. Segunda Turma. REsp nº 1027577/PR. Rel. Min. ELIANA CALMON. Julg. 05/02/2009. Publ. DJe 26/06/2009).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.<sup>a</sup> REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

Admitindo-se que a UNICAP não precisava requerer a concessão do benefício, porquanto do mesmo já usufruía em razão da isenção que era reconhecida a sua mantenedora, caem por terra os fundamentos para a constituição do crédito tributário embargado, no que concerne à parte relativa à contribuição previdenciária patronal incidente sobre o pagamento de remunerações, sob a forma de salário indireto, aos segurados empregados, bem como aos avulsos.

No que toca à suposta remuneração do Reitor da Universidade, tem-se uma situação específica. O INSS, em auditoria, verificou que a instituição doava à CETEC determinados valores mensais. A CETEC, por seu turno, entregava ao Reitor uma quantia mensal. Para o INSS, assim, o que havia era o pagamento de remuneração ao dirigente da instituição, o que seria vedado pelo inciso V, do art. 55 da Lei nº 8.212/91.

Entendo que a UNICAP preenche os requisitos dos inciso I (ser reconhecida como de utilidade pública federal), II (portadora do Certificado ou do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social), III (promover a assistência educacional), todos do mencionado art. 55 da Lei nº 8.212/91.

No que o Reitor da UNICAP é um religioso pertencente à Companhia de Jesus, a quem a CETEC está vinculada. Assim, o fato de a CETEC lhe repassar um determinado valor pode perfeitamente configurar a entrega, pela Ordem Religiosa, de valores necessários à manutenção do religioso, enquadrando na hipótese de isenção prevista no item 3.8 da OS-168, de 31/07/1997, do INSS, segundo a qual não são considerados remuneração “os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso e/ou para sua subsistência em condições que independam da natureza e da quantidade de trabalho executado.” Os gastos feitos pelo Reitor no cartão de crédito pago pela universidade devem ser considerados reembolsos de despesas indispensáveis à representação da instituição. Preenchido, também, o requisito do inciso IV, do art. 55 da Lei nº 8.212/91 (não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título).

Por fim, não existe qualquer evidência de que o eventual resultado operacional não tenha sido aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (inciso V, do art. 55 da Lei nº 8.212/91).

As condições do multicitado art. 55, assim, encontram-se devidamente preenchidas pela UNICAP.

Na sentença recorrida, consignou-se que a empresa prestadora do serviço, quando optante pelo SIMPLES, não se submete à sistemática da Lei 9.711/98 (que deu nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.212/91), porque a Lei 9.713/96 já prevê o pagamento da contribuição previdenciária a cargo da pessoa jurídica no montante a ser recolhido mensalmente sobre a receita bruta mensal. A decisão encontra-se em perfeita harmonia com o entendimento do



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.<sup>a</sup> REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

colendo Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, consoante se depreende do seguinte precedente:

“TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RETENÇÃO NA FONTE DE IRPJ, CSLL, COFINS E PIS/PASEP. AGÊNCIAS DE TURISMO E VIAGENS. PAGAMENTOS EFETUADOS POR ENTES ESTATAIS (LEI 9.430/1996). OPÇÃO PELO SIMPLES. LEI 9.317/96. PRINCÍPIO DA ESPECIFICIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

1. A Lei 9.317/1996, que concedeu regime tributário diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, implicou a possibilidade do pagamento mensal unificado de tributos e contribuições federais, mediante opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições. Nessa sistemática de arrecadação, todos os tributos federais devidos pela empresa enquadrada no SIMPLES são recolhidos de maneira agregada, dispensando-se a pessoa jurídica contribuinte do pagamento das demais contribuições instituídas pela União (art. 3º, § 4º da Lei 9.317/1996). (Precedentes: REsp 845.792/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/10/2008, DJe 03/11/2008; EDcl no REsp 806.226/RJ, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 26/03/2008)

2. O art. 64 da Lei 9.430/96, a seu turno, dispõe que, in verbis: “Art. 64. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.”

3. A sistemática da retenção não é aplicável às empresas optantes pelo SIMPLES, porquanto ostentam regime de arrecadação diferenciado - instituído pela Lei 9.317/1996 - que se consubstancia na realização de pagamento único de todos os tributos federais. (Precedente: ERESP 511.001/MG, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, DJ de 11.04.2005).

4. É que "Aplica-se, na espécie, o princípio da especialidade, visto que há incompatibilidade técnica entre a sistemática de arrecadação da contribuição previdenciária instituída pela Lei 9.711/98, que elegeu as empresas tomadoras de serviço como responsáveis tributários pela retenção de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, e o regime de unificação de tributos do SIMPLES, adotado pelas pequenas e microempresas (Lei 9.317/96)" in casu.

5. O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

6. In casu, o art. 97 do CTN não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.” (STJ. Primeira Turma. REsp nº 974707/PE. Rel. Min. LUIZ FUX. Julg. 04/12/2008. Publ. DJe 17/12/2008).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

Entendo, pois, insubsistente a autuação fiscal que deu origem à execução embargada, razão pela qual devem ser julgados procedentes os embargos manejados pela devedora.

Diante do exposto, **dou provimento à apelação da UNICAP e nego provimento à apelação do INSS.**

Honorários advocatícios sucumbenciais, a serem pagos pelo INSS, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

É como voto.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 404224-PE (2005.83.00.015898-5)**

APTE : UNICAP - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

ADV/PROC : DIOVAL SPENCER DE HOLANDA BARROS e outros

APTE : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

REPTE : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

APDO : OS MESMOS

Origem : 22ª Vara Federal de Pernambuco (Privativa para Execuções Fiscais) - PE

RELATOR : Des. Federal **IVAN LIRA DE CARVALHO** (convocado)

**EMENTA:** TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ENTIDADE FILANTRÓPICA. INSUBSISTÊNCIA DO DÉBITO.

I - Apelação interposta pela UNICAP – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, contra a sentença que julgou procedentes, em parte, os embargos à execução fiscal, apenas para afastar a cobrança, pelo INSS, dos valores constantes da CDA referentes ao suposto descumprimento do dever de retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativos aos serviços prestados pela empresa optante pelo SIMPLES.

II - A UNICAP é instituição mantida pela Sociedade Civil Centro de Educação Técnica e Cultural – CETEC, da Companhia de Jesus, entidade que gozava da isenção desde 1966, de acordo com certificado emitido pelo antigo Conselho Nacional de Serviço Social, que estendeu tal benefício para ela e para as entidades por ela mantidas até 31/12/1994, conforme certidão de fl. 147.

III - Em novembro de 1993, o Decreto nº 984 determinou o recadastramento das entidades de fins filantrópicos, sob pena de obstrução e interrupção do gozo de eventuais benefícios a que tinham direito.

IV – A universidade teve atendido o seu pedido de recadastramento e renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, com validade até 14/10/1996, como entidade mantida pela CETEC, conforme explicitado pela Resolução nº 133, de 22/08/1997, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (fl. 148). Tal pedido havia sido protocolado em 20/04/1994, quando ainda se encontrava válida a isenção concedida à CETEC e às entidades por ela mantida.

V - Admitindo-se que a UNICAP não precisava requerer a concessão do benefício, porquanto do mesmo já usufruía em razão da isenção que era reconhecida a sua mantenedora, caem por terra os fundamentos para a constituição do crédito tributário embargado, no que concerne à parte relativa à contribuição previdenciária patronal incidente sobre o pagamento de remunerações, sob a forma de salário indireto, aos segurados empregados, bem como aos avulsos.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.<sup>a</sup> REGIÃO**  
Gabinete da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli

VI - “Esta Corte, acompanhando precedente do STF (RE 115.510-8), tem entendido que o certificado que reconhece a entidade como filantrópica, de utilidade pública, tem efeito *ex tunc*, por se tratar de um ato declaratório.” (STJ. Segunda Turma. REsp nº 1027577/PR. Rel. Min. ELIANA CALMON. Julg. 05/02/2009. Publ. DJe 26/06/2009).

VII - O Reitor da UNICAP é um religioso pertencente à Companhia de Jesus, a quem a CETEC está vinculada. Assim, o fato de a CETEC lhe repassar um determinado valor pode perfeitamente configurar a entrega, pela Ordem Religiosa, de valores necessários à manutenção do religioso, enquadrando na hipótese de isenção prevista no item 3.8 da OS-168, de 31/07/1997

VIII - A sistemática da retenção não é aplicável às empresas optantes pelo SIMPLES, porquanto ostentam regime de arrecadação diferenciado - instituído pela Lei 9.317/1996 - que se consubstancia na realização de pagamento único de todos os tributos federais. (Precedente: ERESP 511.001/MG, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, DJ de 11.04.2005). (STJ. Primeira Turma. REsp nº 974707/PE. Rel. Min. LUIZ FUX. Julg. 04/12/2008. Publ. DJe 17/12/2008).

IX – A UNICAP preenche os requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212/91, fazendo jus, assim, à “isenção” do § 7º, do art. 195 da Constituição Federal.

X – Apelação da UNICAP provida. Embargos à execução julgados procedentes. Apelação do INSS improvida. Honorários advocatícios sucumbenciais fixados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL, em que são partes as acima mencionadas.

ACORDAM os Desembargadores Federais da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, em dar provimento à apelação da UNICAP e negar provimento à apelação do INSS, nos termos do voto do Relator e das notas taquigráficas que estão nos autos e que fazem parte deste julgado.

Recife, 19 de maio de 2009.

Desembargador Federal **IVAN LIRA DE CARVALHO**  
Relator (convocado)